



MUNICÍPIO DE POMBAL

Ata da SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL n.º 0004/AM/11, de 30-09-2011

Aos trinta dias do mês de Setembro do ano de dois mil e onze, nesta Cidade de Pombal, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, pelas dezassete horas, teve lugar a sessão ordinária da Assembleia Municipal, estando presentes, o Senhor Presidente da Assembleia, José Alves Grilo Gonçalves, João Manuel Carreira da Conceição Coucelo, Maria Fernanda Lopes Guardado Marques, Pedro Francisco Pires Brilhante, Carlos Alberto Ferreira da Silva, Andreia Sofia Pinheiro Marques, Joaquim dos Santos Silva Branco, Teresa Maria Rodrigues Guapo, João Manuel Vieira Cordeiro, Pedro Filipe da Silva Murtinho, Sérgio Manuel da Silva Gomes, Jorge António Gaspar Cordeiro, Catarina Pascoal da Silva, Eliana Jorge Cordeiro Varalonga, Armindo Lopes Carolino, João André Varela Coelho, Fernando Daniel Lopes Carolino, Tiago André de Sousa Galvão Varela Santos, Vítor da Conceição Gomes, João Pedro Monteiro Ferreira Gonçalves, Elisabete dos Santos Alves, António Fernandes Carrasqueira, Manuel Simões Rodrigues Marques, Fernando Rodrigues Matias, Eusébio Gonçalves Rodrigues, Leovigildo Marques Fernandes, Manuel António Rodrigues dos Santos, Carlos Manuel Rodrigues Domingues, José Maria Gonçalves Neves, António Manuel Cardoso Fernandes, Avelino das Neves António, Nídia Sanches dos Santos Nunes, António do Nascimento Lopes, Carlos Manuel Simões Cardoso, Guilherme Manuel Gameiro Domingues, Isabel da Encarnação Costa, Ilídio Manuel da Mota e Jorge Gameiro da Silva, a fim de apreciar os assuntos constantes da seguinte ordem de trabalhos:

Ponto 1 - Período de antes da Ordem do Dia:

Ponto 1.1 – Leitura, discussão e votação da acta da sessão anterior;

Ponto 1.2 – Leitura/resumo do expediente recebido e cumprimento de formalidades legais;

Ponto 1.3 – Intervenções na generalidade;

Ponto 2 - Período da Ordem do Dia:

Ponto 2.1 – Leitura e discussão da informação do Presidente da Câmara;

Ponto 2.2 – Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Fixação da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis, relativa ao ano de 2011;

Ponto 2.3 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Lançamento da Derrama a cobrar no ano 2012;

Ponto 2.4 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Estabelecimento da Taxa Municipal de Direitos de Passagem a vigorar no ano de 2012;

Ponto 2.5 – Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Relatório de Execução do Plano de Prevenção de Riscos e Gestão (Incluindo os de Corrupção e Infracções Conexas);



MUNICÍPIO DE POMBAL

Ponto 2.6 - Apreciação do Parecer do Auditor Externo relativo ao 1.º semestre de 2011;

Ponto 2.7 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Centro Escolar da Ilha - Proc.º n.º 49/2010;

Ponto 2.8 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Gestão Energética e Iluminação Pública - Aquisição de Sistemas de Instalação de Sinalização Luminosa LED para a Rede Municipal (Cidade de Pombal) - Proc.º n.º 26/2011.

Encontravam-se ainda presentes, o Senhor Presidente da Câmara e os Senhores Vereadores Dr. Diogo Mateus, Dr.ª Ana Gonçalves, Dr. Fernando Parreira, Dr. Michäel António, Dr.ª Paula Silva, Dr. Carlos Lopes e Dr. Adelino Mendes.

Presidiu à sessão o Senhor Dr. José Alves Grilo Gonçalves e foram secretários Alberto Ferreira da Silva como 1.º Secretário e Teresa Maria Rodrigues Guapo, como 2.ª Secretária.

O Senhor Presidente informou ter recebido pedidos de substituição dos seguintes membros:

- De Edite Maria Olaio Domingues dos Santos e Odete Marise dos Santos Alves, da Bancada do Partido Socialista.

De seguida informou que foram contactados os cidadãos imediatamente a seguir nas listas do Partido Socialista, João Pedro Monteiro Ferreira Gonçalves e Pedro Miguel Serra Santos, que informou não poder comparecer a esta sessão, pelo que foi contactada a cidadã seguinte, Elisabete dos Santos Alves, que aceitou comparecer à presente sessão.

Assim sendo e encontrando-se na sala os cidadãos supracitados, foram os mesmos chamados a ocupar os seus lugares na respectiva Bancada.

Informou ainda ter recebido um comunicado do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Pelariga, Aires Cardoso Moreira, em que informa não poder estar presente na sessão enviando em sua representação a secretária da Junta, Nídia Sanches dos Santos Nunes, a qual, estando presente na sala, ocupou, de imediato, o seu lugar.

O Senhor Presidente da Assembleia deu início aos trabalhos, tendo-se verificado, após a chamada, as seguintes ausências.

Eleito pela lista do PSD – Maria da Conceição de Freitas Anastácio, Gabriela da Silva Santos, Américo Ferreira, Maria Luzia Pereira Ferreira Domingues, que solicitaram justificação das suas faltas as quais foram consideradas justificadas pela Mesa.

Eleito pela lista do PS – Sandra Isabel dos Santos Ferreira, que apresentou pedido para a justificação da sua falta a qual foi, de imediato, considerada justificada.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Ponto 1.1 – Leitura, discussão e votação da ata da sessão anterior.

O Senhor Presidente da Assembleia solicitou que fosse dispensado da leitura da ata da sessão anterior, a qual foi previamente distribuída pelos membros da Assembleia.

Colocada a acta a discussão, inscreveram-se os membros **Armindo Carolino, João Coucelo e Carlos Domingues** que solicitaram correcções à acta, as quais foram, de imediato, introduzidas.

De seguida pediu a palavra o membro **João Coelho**, que fez as seguintes sugestões:

- *“Que os Deputados Municipais, uma vez que recebem a acta já por e-mail, possam fazer chegar as correcções atempadamente de forma a que se chegue à Assembleia Municipal já com esta parte mais avançada.*
- *Que, tendo o ano letivo começado já com uma nova realidade, um novo paradigma de comunicação, que é o Novo Acordo Ortográfico, sugerir que, doravante, também adotássemos o novo Acordo Ortográfico, na elaboração das atas da Assembleia Municipal.”*

Colocada a acta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com seis abstenções.

Ponto 1.2 – Leitura / resumo do expediente recebido e cumprimento de formalidades legais.

O **Senhor Presidente da Assembleia** informou ter recebido o jornal “Notícias de Vermoil”, que fica ao dispor de todos os membros, no Gabinete de Apoio à Assembleia.

Informou ainda, ter recebido uma carta do Dr. João André Coelho a solicitar o Relatório de Contas da ETAP, bem como o número de alunos, professores e funcionários e que a documentação solicitada já lhe havia sido entregue, em mão.

Informou também ter recebido, da Junta de Freguesia de Vermoil, um ofício a remeter um outro que foi enviado ao Instituto Geográfico Português, através do qual a Junta de Freguesia solicita a retificação dos limites administrativos daquela Freguesia, o qual fica arquivado nos serviços e à disposição dos membros da Assembleia.

Informou que além de ter recebido um abaixo-assinado sobre os limites das Freguesias de Carnide e da Ilha de que já havia dado nota, recebeu um pedido da gravação sonora da sessão da Assembleia, tendo solicitado um parecer jurídico à Câmara acerca do papel deste órgão na delimitação administrativa das Freguesias, destino a dar ao abaixo-assinado e obtenção de gravação sonora.

De seguida disse ter a resposta em seu poder, a qual leu, se dá por reproduzida e fica arquivada nos serviços, bem como ter remetido a competente resposta ao interessado.

Ponto 1.3 – Intervenções na generalidade.

O **Senhor Presidente da Assembleia** abriu as inscrições para as intervenções na generalidade, tendo-se inscrito:



MUNICÍPIO DE POMBAL

João Coucelo, cuja intervenção se transcreve:

“Não vou ter tempo para dizer muita coisa mas havia muito para dizer. Vou-me referir apenas, e em primeiro lugar, por uma questão de respeito, a correspondência recebida também por dois cidadãos do lugar da Féteira, o Sr. Sérgio Duarte Mota e o Sr. César Marques Gomes e uma cópia de um documento anteriormente enviado ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, sobre esta questão que já foi abordada, e muito bem, pelo Dr. Grilo.

Nesse documento era-me dirigido um convite no sentido de me deslocar para “in loco” me prestarem esclarecimentos.

Eu queria dizer que agradeço o convite e que se não me desloquei ao local não foi por alheamento de uma questão que já havia sido suscitada nesta Assembleia Municipal, foi essencialmente por duas ordens de razão.

O assunto é merecedor de discussão em sede própria, nas Assembleias de Freguesia e extravasa as competências da Assembleia Municipal.

Por força de Lei, não havendo concordância com as Assembleias de Freguesia, devem os cidadãos que se entendam prejudicados utilizar os mecanismos legais que estão à sua disposição num Estado de Direito.

Considero não haver nesta disputa ou discordância alguém que esteja lesado em termos patrimoniais, nos seus direitos de circulação, expressão, ou da própria contestação.

Se concordasse que o envolvimento da Assembleia Municipal era legítimo e fundamental para a defesa do interesse de quem contesta a decisão soberana das suas Assembleias de Freguesia, teria conseguido, com certeza, disponibilizar algum do meu parco tempo para ir ao lugar da Féteira.

Entendi não o dever fazer e dou esta explicação aos senhores que, amavelmente, me convidaram para isso.

Penso que, a partir de uma determinada altura, depois destas explicações todas que aqui foram dadas, manter a postura assumida na anterior Assembleia Municipal é, claramente, uma instrumentalização deste Órgão deliberativo, que não tem lugar num Estado de Direito Democrático. Não pode ser assim.

Lamento que, mas isso é uma questão de entendimento pessoal, de alguma forma, tenha havido aproveitamento político por parte do Partido Socialista, infelizmente, ultrapassando as competências dos órgãos, - têm o direito de se deslocar e ouvir as populações, como é óbvio – as interpretações que faz da questão é que não são legítimas.

De qualquer das formas concordo com o que disse o Dr. Carolino num aspecto, esta questão é para os Tribunais, e está tudo dito.

Queria felicitar a Câmara Municipal por ter ganho um prémio de um programa de âmbito comunitário, o ECO XXI, cerimónia que decorreu ontem no Teatro-Cine e que prestigia esta Câmara Municipal que foi uma das poucas que concorreu a estes galardões, expondo-se naquilo que tem de melhor e no que tem de pior, ser avaliada em comparação com outras, por critérios europeus, que não são definidos por ninguém daqui do nosso Concelho, da região ou mesmo do País, e ganhou vários galardões.

Gostava ainda de dizer que nalgumas áreas onde, inclusivamente, é muito criticada, foi das Câmaras mais pontuadas do País, portanto, parabéns à Câmara Municipal de Pombal que, pelo menos nos seus procedimentos administrativos, há muitos anos é uma referência nacional.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Parabéns à Câmara Municipal, pelo facto de, nos últimos anos, ter feito uma grande aposta na área social, na área educativa e, sobretudo, na aquisição de bens patrimoniais para colocar ao serviço das populações.

Seria exaustivo enumerá-las, mas tenho aqui uma lista de 55 obras, só na Freguesia de Pombal, que ilustram bem todo o enriquecimento patrimonial. Assim estivesse o País.”

Armindo Carolino, que fez a intervenção que se segue:

“Nós, o Líder da Bancada do Partido Socialista e os membros da Assembleia Municipal pelo Partido Socialista, é assim que as cartas estão dirigidas, recebemos, eu, para ter conhecimento de uma carta que tinha sido dirigida a V. Ex.^a, Sr. Presidente da Assembleia Municipal, os membros da Bancada, um convite para nos deslocarmos à Féteira para verificar, “in loco” as situações da linha divisória existente entre as Freguesias da Ilha e de Carnide.

Efectivamente, fomos, e compete-me aqui, publicamente, agradecer às populações que nos receberam e que nos acompanharam, e dizer que aquilo que foi declarado e que foi transmitido pelos órgãos da comunicação social, corresponde, exatamente, à pequena intervenção que eu tive oportunidade de fazer.

Para que fique bem entendido, eu disse clara e abertamente, que as deliberações das Assembleias de Freguesia de Carnide e da Ilha, são legítimas.

Constitui direito e até impugnação, não já da deliberação, mas em termos de direito, de algo que venha a seguir, já não compete aos políticos eleitos neste Município.

Em segundo lugar, dizer que não houve qualquer aproveitamento político, na medida em que a única coisa política que foi dita é que só temos 8 votos na Assembleia Municipal, portanto, este até foi um aproveitamento político ao contrário, foi reconhecer, perante três ou quatro dezenas de cidadãos e de cidadãs, que a nossa força política, na Assembleia Municipal, não é de molde a modificar as coisas.

Queria aproveitar para realçar o valor, a clareza e a informação jurídica que está vertida no documento que o Sr. Presidente da Assembleia acabou de nos ler.

Efectivamente, é um parecer jurídico acima de qualquer suspeita, é um parecer jurídico que toca naquilo que é de tocar, mas, minhas companheiras e companheiros, nós não estamos aqui a discutir Direito, nós estamos aqui a discutir política, e pelo Decreto 38.808, de 1 de Julho de 1952, foi criada a Freguesia de Carnide, e foi demarcada a Freguesia de Carnide, e há um mapa que já assinala a gravação e que está colocado de uma maneira em termos de losango para definir uma linha recta, que vai num determinado sentido e que todos nós, que acompanhámos isso, a partir de documentos do IGP, temos nas nossas mãos.

É uma linha recta que vem do marco que está no limite da Freguesia da Ilha e que lá tem inscrito “Mata Mourisca” que era a Freguesia da altura, e do outro lado, na outra face, a Freguesia de Carnide, e depois tem essa sequênci.

O que está em causa, em termos de política, é que nós, autarcas, somos eleitos para defender os interesses das populações, e portanto, eu diria o seguinte: “À mulher de César não basta ser séria, é também preciso que o pareça” e eu apelo ao bom senso dos órgãos autárquicos legítimos - Assembleia de Freguesia da Ilha e Assembleia de Freguesia de Carnide -, que se houver um pouco de bom senso reparem e comparem porque é que de uma linha recta divisória se entra numa linha completamente quebrada e quem, e o quê, fica abrangido por essa linha quebrada.”



MUNICÍPIO DE POMBAL

João Pedro Gonçalves, cuja intervenção se segue:

“A minha intervenção vai ser uma intervenção de carácter generalista, digamos que não tão focada no Concelho de Pombal, mas mais a nível Nacional.

Poderemos aqui fazer uma análise de três meses de Governo de maioria de Direita, PSD-CDS, em que, durante a campanha eleitoral, houve uma série de promessas eleitorais, como é praxe de todos os Partidos, só que, ou eu muito me engano, ou ando distraído, este Governo ainda não cumpriu, nem começou a implementar, nenhuma promessa eleitoral das que fez antes das eleições.

Estamos numa situação em que, há pouco tempo, foi notícia que foi extinta a IGAL, entidade independente que servia para haver mais lisura e isenção nas contas das autarquias. Muitos autarcas, a meu ver, ficaram contentes com isso, ser autarca é das actividades mais nobres que pode haver, mas tem que haver regras e ninguém está acima de nada e deve haver sempre instituições para fazer regulamentação das várias entidades.

Isto é o desenvolvimento da democracia, em geral.

Este governo diz, na pessoa do Senhor Primeiro-Ministro ainda candidato, que não estava previsto o aumento de qualquer imposto, mas isto não aconteceu, temos o aumento do IVA para a electricidade e para o gás, temos o corte do subsídio de Natal, temos uma série de cortes de regalias sociais.

Assim é fácil governar, um pouco empurrados pela Troika, podemos justificar as medidas porque vivemos uma crise perfeitamente execrável e, portanto, podemos justificar tudo e mais alguma coisa para fazer todo o tipo de cortes e diminuir o nível social que, até aqui, eram valores adquiridos e que se estão a perder.

De um modo geral temos a noção que andaremos para a frente e termos sociais mas eu, infelizmente, não concordo, e todos nós havemos de reparar que, volta e meia, a sociedade anda para trás, em termos sociais.

Noutros aspetos é muito difícil andar para trás, por exemplo, a nível tecnológico,

Há uma série de situações que este governo, antes de ser eleito, dizia que cumpria e não cumpriu praticamente nada, que eu saiba, estamos perante um Governo que defrauda, de certo modo, a classe política.”

Jorge Cordeiro, cuja intervenção se segue:

“Vou iniciar a minha intervenção falando de futebol, para fazer aqui uma menção a um pombalense nascido na Suíça, em Vermont, onde curiosamente trabalham muitos portugueses. Mika é o guarda-redes da Seleção de Sub-20 que no Mundial da Colômbia, em agosto, foi considerado o melhor guarda-redes do certame.

O papel de guarda-redes é um papel que podíamos transpor para muitas organizações. Quando todos falham, ele lá está.

Mas Mika transmitiu-nos, sobretudo, uma coisa que me parece importante: aplicou na sua profissão brio e competência, e com isso, obteve resultados.

Ele desempenha um papel que, enfim, é mediático, está nas páginas dos jornais, mas eu gostaria aqui de salientar que, cada um de nós, a pessoa mais humilde, a pessoa mais anónima, se colocar brio, competência e presença naquilo que faz no dia-a-dia, obtém resultados, e como estamos necessitados de brio e de produtividade. A esses pombalenses que, no anonimato, trabalham, quero aqui prestar também a minha homenagem.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Gostaria também de pegar nesses aspetos do brio, competência e resultados, para assinalar algumas iniciativas que são de louvar e, por isso, dar os parabéns à Câmara por iniciativas relativas à gestão da água, ao nível, sobretudo da divulgação das análises efectuadas e da criação de mecanismos para a sua poupança e utilização racional, por parte das populações. A Câmara tem ido ao terreno e, em várias localidades, tem promovido sessões de esclarecimento junto das populações.

De entre as coisas mais difíceis que há, seja na nossa vida seja em política ou em qualquer sector, é a mudança de mentalidades e, aqui, houve claramente alguns aspetos e que são de salientar.

A visão estratégica, a mudança de mentalidades, o envolvimento da população e o facto da própria Câmara, através da Vereação responsável e dos seus técnicos ter saído para o terreno. Não gostaria de terminar a minha intervenção sem lembrar aqui o papel que esta Câmara, muitas vezes, contra tudo e contra todas, fez num passado recente para a gestão de um bem cada vez mais precioso, que é a gestão da água.

Sem pretender retirar aqui, aquilo que disse o meu colega Dr. João Coucelo, a propósito do Programa ECO XXI que teve lugar ontem, e que brilhantemente e de forma sucinta explicou, eu também gostaria de reiterar esses parabéns à Câmara e dizer que a Câmara está voluntariamente no projecto ECO XXI que é baseado na Agenda XXI, desde 2005, e portanto, isso faz com que esta Câmara tenha também aí tido visão estratégica a nível da sustentabilidade e do desenvolvimento.

Termino só para dizer e responder ao meu colega João Gonçalves, sobre este Governo ainda não ter cumprido promessas, recordando a medida da extinção dos governadores civis, a questão do Parque Expo, e sobretudo, recordar que agora, finalmente, é com agrado que eu vejo alguém do Partido Socialista dizer que as contas e os contabilistas já são necessários.”

Fernando Carolino, que usou da palavra como se segue:

“As autarquias locais são o veículo, por Excelência, da descentralização das políticas públicas e da participação política, mas só com um poder local devidamente agilizado e modernizado, só com um poder local preparado para os desafios do futuro, é que o País, como um todo, poderá lançar-se decididamente num ciclo sustentado de desenvolvimento económico e social que envolva o conjunto da sua população.»

Este é um excerto das palavras do Senhor Primeiro-Ministro Dr. Pedro Passos Coelho, aquando da apresentação da reforma da Administração Local, em Lisboa, e com o qual estamos genericamente de acordo na forma e substância, conforme foi apresentada.

Esta tomada de posição não difere muito do pensamento da maioria de nós, no que toca à ação das autarquias locais junto das populações, mas que, por vezes, não é bem aceite ou dirigida por quem assume o comando executivo da autarquia. Contudo, é a elas, autarquias, sejam Câmaras ou Juntas de Freguesia, que se requer a proximidade entre as populações e o poder político de uma forma nem sempre correcta ou objetiva.

Assim sendo, a Reforma da Administração Local proposta pelo Governo apresenta-nos quatro matrizes, a saber:

- A reestruturação do Setor Empresarial Local;
- A reorganização do território;



MUNICÍPIO DE POMBAL

- *A redefinição do modelo de gestão Municipal, Intermunicipal e de financiamento; e, por último,*
- *O reforço da democracia local.*

É sobre estas premissas que poderão incidir maior ou menor desconfiança, ou confiança, de quem é autarca ou aspira a tal, bem como no senso comum das populações.

O projecto plasmado no denominado Livro Verde sobre a Reforma Administrativa, permite-nos ter um conhecimento de critérios a utilizar e que vá orientar a discussão pública e política sobre, por exemplo, a reorganização das Freguesias.

Contudo, este projecto não será tão assertivo quanto ao Poder Local em si mesmo, com uma dita excepção, a do número de Vereadores e Directores Municipais a inscrever no panorama e aspeto político futuro das Câmaras Municipais e, ainda assim, só mesmo em algumas autarquias.

Sabemos que nesta proposta agora apresentada, o nosso Concelho passou entre os pingos da chuva e rés vés aos cortes apresentados, pois somente, em sede de proposta vai passar dos atuais nove Vereadores para seis Vereadores, dos quais, três a tempo inteiro.

Assim como assim, parece-nos ser ainda demais tanto a tempo inteiro.

No que toca à redistribuição de Freguesias, e há Concelhos no nosso Distrito que perdem Freguesias, - onze em Leiria, sete em Alcobaça, por exemplo -, Pombal parece manter as suas dezassete Freguesias, no entanto, temos que reconhecer que no total desaparecem 25% das Freguesias do Distrito, um número elevado e a merecer atenção à forma como se obteve tal.

Atualmente existem 4.259 Freguesias e este Governo assumiu o compromisso de reduzir o número de órgãos de Freguesia para dar escala e valor adicional a novas entidades que resultam de acordo com este projecto do processo de aglomeração, com o reforço no seu âmbito de atuação e nas suas competências.

Questão: Não estaremos, por ventura, a cair no exagero de acabar com os nomes mantendo os vícios?

Ou dito de outra forma: Não se muda a essência, somente o lado envolvente?

O preocupante do nosso ponto de vista é que o busílis desta questão esteja focalizado na remissa quantidade e não qualidade das Freguesias atingidas, porque no meio disto, somente são utilizados critérios ditos objetivos e que parecem ditar esta proposta, mas claro que a malagueta no olho do vizinho, é e sempre será, frescos para mim.”

Avelino António, que disse o seguinte:

“Ocorreu no passado mês de agosto, mais precisamente no dia 14, a inauguração do novo Pavilhão Gimnodesportivo, nas Meirinhas, para servir, em especial, as Freguesias das Meirinhas, Carnide e Vermoil, mas também todo o Concelho, para eventos a todos os níveis, já que o património é da Câmara Municipal de Pombal.

Quero congratular-me por esta obra se localizar nas Meirinhas, pois já tardava algo que se visse naquela Freguesia.

Agradeço, em nome da Junta, que represento, a presença de todos os que participaram na cerimónia da inauguração, a toda a comunicação social, sonora e escrita, ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, ao Senhor Presidente da Câmara, aos Senhores Vereadores e respetivos quadros técnicos, os Deputados Sociais-democratas e Socialistas, aos colegas presidentes de outras Juntas de Freguesia, aos convidados, aos Bombeiros, à Filarmónica de



MUNICÍPIO DE POMBAL

Vermoil, à GNR, aos Ranchos de Carnide e das Meirinhas, aos Rouxinóis do Arunca e a todos s que participaram em atividades desportivas.

A Freguesia das Meirinhas fica eternamente grata pela conclusão desta obra há muito esperada. Quero, no entanto, recordar que este imóvel, que já devia estar pronto há mais de cinco anos, inviabilizou outros investimentos de carácter social que não podem ficar esquecidos.

O Senhor Presidente sabe que, até aqui, a sua Freguesia foi prejudicada, pelo facto do Senhor ser das Meirinhas, e ninguém tem dúvidas desse seu “tabu”, sempre teve receio de ser acusado de estar a favorecer a sua terra, o que até aqui nunca aconteceu, o seu discurso nas Meirinhas anda sempre à volta dos 35 km de asfalto e pouco mais.

O Senhor sabe, e é bom que esta Assembleia também saiba, que este Município está a pagar aluguer de três salas de aula para a pré-primária com 66 crianças, e tem na primária, 84, ao todo são 150 crianças.

Existe mais alguma Freguesia no Concelho, com salas alugadas, onde a Câmara está a pagar milhares de euros? Eu desconheço.”

Tiago Galvão, cuja intervenção se transcreve:

“A IGAL será extinta. O Inspector-geral foi exonerado, no seguimento de uma carta aberta, onde afirma, nomeadamente: “que uma poderosa Associação de autarcas não encontrou outra solução para perder o medo, que não fosse a extinção da IGAL”, e ainda disse: “A corrupção ganhou.”

Sabendo que se encontram na IGAL dois relatórios pendentes, relativos às inspeções realizada neste Município, a Inspeção Ordinária e a Inspeção no âmbito do desfalque, coloco ao Senhor Presidente da Câmara, as seguintes questões:

- *Concorda com a extinção da IGAL?*
- *A Câmara já contactou a IGAL no sentido de saber se estão concluídos os Relatórios definitivos das referidas Inspeções?*
- *No entendimento de V. Ex.^a, os Municípios devem, ou não, ser inspecionados por parte de uma entidade competente do Estado?”*

Fernando Matias, que fez a intervenção abaixo:

“Parece que estamos aqui num velório à IGAL. Neste País onde abundam crateras às toneladas, nestes últimos anos, em termos financeiros, parece que encontrámos aqui um motivo espetacular para um velório.

A minha intervenção, de qualquer forma, centra-se noutra assunto. Congratular-me com a decisão do INFARMED, em atribuir a abertura de um posto e farmácia em Almagreira, e aqui, a Junta e os vários órgãos da Freguesia só fizeram o seu trabalho, por isso, de mérito, só têm o que fizeram para bem da população.

Queremos agradecer, de facto, os contributos que vieram de fora, nomeadamente, da Câmara, no sentido de sensibilizar o INFARMED que, num ano, após o encerramento da farmácia que ali estava instalada, desenvolveu todo o processo e atribuiu esta licença.

O que ficou demonstrado é que a oportunidade de negócio existia, porque de quase duas dezenas de concorrentes foram selecionados onze e foram a concurso dez. A Junta de Freguesia e o povo de Almagreira congratula-se com esta decisão e com a abertura do posto de farmácia e a Junta, nesta matéria, informa e já informou a população que, a partir do momento em que o posto de farmácia de encontrar aberto cessa o apoio que tinha dado à população, em termos de recepção e envio de receitas para uma farmácia.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Obrigado, e dizer que, de fato, neste País, ainda alguma coisa funciona, e, neste caso, o INFARMED fez um bom trabalho, esteve, no fundo, atento às necessidades do povo de Almagreira.”

João Coelho, cuja intervenção se transcreve:

“Três preocupações muito rápidas:

A primeira prende-se com uma notícia, ainda do mês de agosto, que refere a diminuição do areal de algumas praias a sul do nosso Concelho, no Distrito de Leiria, e é uma preocupação que trago novamente, e reforço, após cinco anos de uma intervenção que aqui tive e que foi muito criticada, na altura, pela preocupação que à data expressava junto do Senhor Presidente da Câmara, da construção do molhe do Porto da Figueira da Foz, e pedi a intervenção do Senhor Presidente da Câmara, junto do Ministério da Tutela, para saber das possíveis consequências para os areais das praias a sul.

Pergunto se realmente não estamos a ser prejudicados com a construção daquele molhe, com a sua já definitiva conclusão e, se assim for, novamente peço a intervenção, por parte do Senhor Presidente da Câmara, junto do Ministério da Tutela.

A segunda preocupação é em relação à ETAP.

Como o Senhor Presidente da Assembleia referiu, eu tenho comigo as contas de 2009 e 2010 da ETAP, mais propriamente da Pombalprof.

Da análise do relatório e contas reparo nalguns pontos que me suscitam algumas dúvidas.

O primeiro é a constatação da diminuição de receitas por menor capacidade de aluguer de salas e até que ponto é que isso pode ser preocupante para anos vindouros, e depois, um ainda mais preocupante que é o aumento do endividamento.

Em 31 de Dezembro de 2009, a ETAP devia à Banca 450.000 euros e em 31 de Dezembro de 2010 devia à Banca 640.000 euros, sensivelmente.

Num contexto agressivo em termos externos, por parte deste Governo em relação ao Programa Novas Oportunidades, em relação a Empresas Municipais que não se revelem rentáveis, num contexto de maior concorrência por parte, inclusive, da Escola Secundária de Pombal, pergunto se não é altura de pensar, estrategicamente, o futuro da ETAP, juntamente com os sócios, muito minoritários, que estão representados nos Órgãos Sociais.

Termino com uma pergunta muito simples. Chegaram ao nosso conhecimento e ao dos pombalenses mais atentos, muitas dúvidas, aliás, bastante pertinentes em relação aos procedimentos concursais para o desempenho de funções nesta casa. Eu perguntava ao Senhor Presidente da Câmara se, perante estas dúvidas suscitadas permanentemente por algumas pessoas oponentes a esses concursos, se realmente está tudo a correr dentro da normalidade, e pergunto, inclusive, com alguma irreverência, mas será normal, se inclusive, correu tudo bem no concurso da esposa do Senhor Chefe da Divisão de Informática.”

António Fernandes, que fez a intervenção abaixo:

“A minha intervenção vem no sentido de agradecer ao Senhor Presidente da Câmara a disponibilidade e o empenho na aquisição de um terreno, no Centro da Mata Mourisca, com a finalidade de ali construir o Centro Escoar para a Freguesia.

A minha preocupação, neste momento, é saber se a perspectivada obra é para avançar entretanto, ou se estamos perante algum adiamento.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Não é bom que os alunos da minha Freguesia não tenham as mesmas condições de aprendizagem que s das outras Freguesias onde já existem Centros Escolares, sabendo eu que não é possível construí-los todos no mesmo ano, mas espero que esta obra seja construída o mais brevemente possível para que não se tenha que gastar dinheiro nos edifícios existentes Tenho também aqui uma nota, permita-me Senhor Presidente, não tenho nada contra as pessoas de quem vou falar, sou amigo de alguns há mais de 40 anos, se os vir no outro lado da rua atravesso-a para os cumprimentar e eles podem dizê-lo.

Quero dizer o seguinte: Sou uma pessoa com sentimentos e não gostei de ver no jornal pessoas que eu estimo muito, desde o tempo em que andei na escola, a tratar assuntos de extremas ou limites, o que lhe queiram chamar, junto das populações, quando uma das Freguesias interessadas tinha um dos seus membros na Casa Mortuária. Fiquei triste com esta situação, quando vi a data da visita dos Senhores do Partido Socialista à Féteira.

Muito Obrigado, era esta nota que eu queria deixar.”

Vitor Gomes, que usou da palavra para dizer o seguinte:

“O tema que me traz aqui é a fatura global da água, saneamento e resíduos, que os pombalenses pagam no Concelho de Pombal e, segundo declarações recentes da Senhora Ministra Assunção Cristas, e com as privatizações da água é muito provável que, a nível nacional, os preços subam. Eu queria saber qual a posição da Câmara Municipal de Pombal relativamente a este assunto. Isto porque, segundo dados da Entidade Reguladora de Águas e Resíduos, comparando com 12 Concelhos perto de Pombal, como Condeixa, Figueira, Pombal, Leiria, Ourém, Marinha Grande, Soure, Ansião, Porto de Mós, Batalha, Alvaiázere, Penela.

Quero dizer que, na fatura global, Pombal, no escalão de 60 m³ de água e de 120 m³ de água, é o terceiro Concelho onde estes serviços são mais caros para os contribuintes e no consumo dos 180 m³ de água é o quarto mais caro.

Transportando isto para o nível nacional, nos dois primeiros escalões de 60 m³ e de 120 m³ de água, Pombal está entre os primeiros 100 em 308 Municípios e está nos 200 mais caros no escalão de 180 m³ de água.

Isto fazendo a comparação conjunta porque se a fizermos só no saneamento e nos resíduos, Pombal passa para um ranking muito superior, e vou só citar um: No escalão de 60 m³ de água, no saneamento, estamos, a nível nacional, na 56.º posição e nos resíduos estamos em 36.º lugar, em 308 Municípios.

Eu quero saber qual é a posição da Câmara Municipal relativamente a estes custos e saber se a água para os pombalenses também vai aumentar com a privatização das Águas de Portugal, porque sei que a Câmara de Pombal não é gerida por essa empresa mas, com certeza que irá acompanhar os preços, para cima ou para baixo.

António Carrasqueira, que fez a seguinte intervenção:

“A Concelhia do Partido Socialista de Pombal tem vindo a promover os fóruns “Pombal e o Futuro”, e, sábado passado, fê-lo em Abiul.

De algumas questões lá apresentadas, e uma delas, que achei bastante pertinente, foi colocada ao Senhor Deputado João Paulo Pedrosa, foi a reclassificação do IC8 que atravessa Pombal e abrange uma área da Freguesia de Abiul numa extensão de 5 km, Ansião, e por aí fora.

Foram iniciados, há tempos, alguns trabalhos e o pessoal questiona-se se a obra parou, se já não é para ser, se não há dinheiro, etc.”



MUNICÍPIO DE POMBAL

O Senhor Deputado prontificou-se a, junto da Assembleia da República, fazer a pergunta. Fê-lo e a resposta já me chegou, o que agradeço.”

Agradeço também ao Senhor Dr. Adelino Mendes ter colocado esta questão.

Segunda questão que eu queria pôr. As escolas de Abiul foram fechando, algumas com 30 alunos, criou-se o Centro Escolar que alberga as crianças de toda a Freguesia, no entanto há um caso que me vem preocupando, não quero ferir susceptibilidades com o meu colega de Vila Cã, mas é o seguinte:

Há uma pequena escola do Carvalhal, Carvalhal que está em terreno físico de Abiul, não obstante para além da fronteira, cerca de 300 m, mas, como talvez Vila Cã tivesse menos escolas na Freguesia, a escola foi sempre considerada como se fosse de Vila Cã, não há fronteiras, Pombal só deve ter o caso da Féteira porque nós não temos problemas nenhuns, mais pedra menos pedra, não nos aborrecemos por isso, mas causa-me uma certa apreensão que a escola que está no interior da Freguesia de Abiul, mas é considerada de Vila Cã, como metade dos alunos são de Vila Cã, a Escola funciona, não foi obrigada a fechar, nós temos capacidade para albergar aquelas crianças, e quando Vila Cã tiver o Centro Escolar deles as crianças iriam para lá, porque é que aquelas crianças tendo boas condições em Abiul, não são tratadas da mesma forma que as outras crianças.”

Ilídio da Mota, cuja intervenção se segue:

“Sobre o ofício enviado pela Junta de Freguesia de Vermoil ao Instituto Geográfico Português, do qual o Senhor Presidente da Assembleia deu conhecimento, onde remetemos àquele Instituto o Decreto-Lei 38808 do Diário do Governo de 1 de julho de 1952, e no qual a Junta de Freguesia de Vermoil alertou para o facto da Carta Administrativa Oficial de Portugal se encontrar incorreta, dado que os limites nela constantes com a Freguesia de Carnide não corresponderem aos determinados pelo Decreto-Lei de 1952, aquando da criação da Freguesia de Carnide.

Com a permissão do Senhor Presidente da Assembleia, dou conhecimento da resposta enviada pelo IGP em 23 de setembro:

“O IGP não tinha conhecimento da existência do diploma da criação da Freguesia de Carnide, o Decreto-Lei 38808, constante do Diário do Governo de 1 de julho de 1952.

Os diplomas legais, onde estão descritos limites administrativos, devem ser considerados aquando da realização de procedimentos de limitação administrativa, por forma a que estas atualizações efetuadas nos limites administrativos, não contradigam as descrições constantes nos diplomas.

Assim que seja oportuno, o IGP deslocar-se-á ao local de forma a transcrever para a CAOP o limite administrativo entre as Freguesias de Vermoil e Carnide, descrito no referido diploma.”

Da parte da Junta de Freguesia de Vermoil, fique claro que não pretendemos alterar os limites administrativos com a Freguesia de Carnide, apenas pretendemos que os limites da CAOP correspondam aos limites históricos, escritos e definidos em 1952.

Em reunião realizada entre a Junta de Freguesia de Vermoil e o IGP, em 15 de setembro de 2011, o IGP referiu que, lamentavelmente, omitiu, por desconhecimento, o Decreto-Lei de 1952, referiu que os limites da CAOP se encontram incorretos entre as Freguesias de Vermoil e Carnide, sendo que serão corrigidos na próxima edição, de acordo com o Decreto-Lei que, segundo estes, é muito explícito.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Assim, serenamente, apesar de dezenas de habitações de residentes da Freguesia de Vermoil, na CAOP se encontrarem na Freguesia de Carnide, aguardaremos que na CAOP sejam colocados os limites definidos há 59 anos.”

Joaquim Branco, que usou da palavra como se segue:

Falou-se aqui, durante algum tempo, sobre a responsabilidade política do Presidente da Câmara no roubo feito à Câmara.

Eu pergunto, agora, sabendo que o País está na bancarrota, quais são as vozes levantadas, nesta Assembleia Municipal, sobre a responsabilidade política de quem destruiu este País, fez empréstimos à Banca, auto-estradas inúteis, e deixou o País num estado de insolvência.

Eu pergunto, aqui, sobre as Leis agropecuárias que destroem completamente a agricultura, em que consideram detenção caseira um cavalo, alguma galinha e coelho, mas quem tiver uma junta e bois passa a ser industrial. Fechem as aldeias todas.

O Regime Jurídico Nacional, uma Lei do Partido Socialista. Há uns tempos, tomei conhecimento que um Senhor estava a retirar água do Rio Cabrunca, foi denunciado e apanhou uma coima de 20.000 euros porque não tinha tirado licença. Pergunto se estas são Leis feitas para o País real, é assim que se desenvolve a agricultura?

Também não entendo o exponencial gasto com a defesa da República, quando vamos, brevemente, comemorar o 1.º de Dezembro em completa contradição, e mais, os próprios manuais escolares, onde se omite a realidade e a verdade da perseguição e da forma como foi criada a 1.ª República, nomeadamente, a GNR, que era uma polícia política, a perseguição aos Jesuítas, a proibição de procissões, o fecho de igrejas e capelas, isso não é contado nos livros de História.”

Guilherme Domingues, que fez a seguinte intervenção:

“Vou usar da palavra, em primeiro lugar, para um agradecimento claro e bastante expressivo, à Câmara Municipal de Pombal, relativamente ao apoio que tem prestado ao longo destes, sensivelmente, últimos dois anos, para a concretização daquilo que é um sonho por PARTE DA Associação de Bem Estar de Santiago de Litém, para transformar a sua valência de Centro de Dia também em valência de Lar.

Senhor Presidente da Câmara, aquela obra que brevemente iremos inaugurar, e que se encontra concluída, vai servir uma grande parte dos idosos da Freguesia de Santiago de Litém, com maiores carências, só foi possível concretizar-se, de facto, porque a Câmara não abandonou esta Instituição, por parte do Governo Central, não obtivemos qualquer tipo de apoio ao longo destes anos, para esta obra, foi o apoio da Câmara Municipal de Pombal e o recurso ao crédito, por parte da Instituição, que permitiu que aquilo que era uma carência por arte dos idosos da Freguesia de Santiago de Litém, fosse transformado numa realidade.

O meu bem-haja por estar em sintonia e estar ao lado desta preocupação.

De seguida queria deixar um alerta. Tenho, já por diversas vezes, chamado a atenção para o estado das vias rodoviárias da Freguesia de Santiago de Litém.

Senhor Presidente, se verificar no mapa da informação que distribuiu aos membros da Assembleia, verifica o défice, em termos de asfaltos, que tem atribuído à Freguesia de Santiago de Litém.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Há alguns que são, de facto, incompreensíveis. Aquela situação, em torno da Senhora dos Milagres, na coração da Freguesia, com esgotos, com pluviais, que uma vez mais, durante os festejos tivemos uma situação que não enobrece a Freguesia e não enobrece o Concelho, tenho pena que não tenha uma resposta à altura, assim como o arruamento até à Remessa, a estrada do Sourão e do Farroubal, que carecem da execução de saneamento, mas que facilmente poderia ser concretizada.

Chamo a sua atenção para isso, espero que brevemente corrija esse défice e tenhamos esta situação com outra dignidade.

Por fim, não me querendo imiscuir nesta questão dos limites das Freguesias de Carnide e da Ilha, está aqui, de alguma forma, à vista, a questão para a qual eu tinha alertado já há vários meses, e que hoje se revelou também caricata naquilo que o nosso colega de Vermoil aqui disse, que de facto, o IGP traçou os limites das Freguesias em absoluto desconhecimento, inclusive, da própria Lei.

Traçaram-se limites durante mais de uma dezena de anos que não tinham qualquer correspondência com a legalidade, é bom que esta situação se corrija e que as pessoas sejam ouvidas para que haja, de facto, uma solução.”

Rodrigues Marques, cuja intervenção se segue:

“Eu, mais uma vez, quero lavar um protesto por o nosso Regimento não permitir que nós, enquanto eleitos neste fórum, possamos bater palmas, agora eu penso que o Partido Socialista organizou muito mal esta manifestação, porque estão aqui pessoas na sala que, nos anos 80, quando houve a questão da Borda vieram com cartazes, fizeram manifestações muito mais ruidosas do que estão a fazer aqui, portanto, o Partido Socialista está a perder as suas qualidades.

Se os Senhores que são eleitos directos não podem bater palmas porque é que o público há-de poder.

Sobre estas coisas que o Dr. Carolino abordou aqui, relativamente ao Poder Local, eu queria dizer o seguinte:

É facto que os critérios que estão definidos não tocam em Pombal, agora eu tenho muita pena e gostaria que ficasse lavrado em ata uma questão muito simples que tenho andado a debater, e tenho aqui dois colegas ao meu lado, que era a extinção das Freguesias de Albergaria dos Doze, de São Simão e de Santiago de Litém e constituirmos nesse espaço, um entidade cultural, sociológica e social, a Freguesia de Alitém.

Há alunos da Freguesia de Albergaria dos Doze que estão a frequentar o Centro Escolar de São Simão de Litém e é de uma forma muito natural que isto está a acontecer, eu gostaria que isso ficasse lavrado em ata porque não funcionam só os argumentos, funcionam também os exemplos. Vamos ganhar escala.

O Senhor Dr. Fernando Carolino não teve coragem de abordar esta situação. Ele teria que ser eficaz e não teve coragem de o fazer, teve coragem de organizar esta manifestação que está atrás de mim.”

Nesta altura o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que respondeu como se segue:



MUNICÍPIO DE POMBAL

“Não são as convicções políticas das pessoas que aferem a sua experiência, a sua visão estratégica, a sua determinação e a razão de poder planear no curto, médio e longo prazo, aquilo que se deve fazer em prol do desenvolvimento do País e do Concelho, em particular, a pensar no futuro das novas gerações, porque os nossos filhos e os nossos netos têm um futuro muito duvidoso se não houver uma alteração radical à politiquice que se tem vindo a fazer no nosso País, e a outras más políticas a nível da Europa, uma vez que já estamos a ser governados pela Troika e não pelos Programas que os Partidos apresentam e são sufragados nas urnas.

Senhor Deputado Tiago Galvão, deixe-me dizer que não concordo com a extinção da inspeção nas autarquias locais designada por IGAL, mas concordo com uma legislação diferente, prática, de fácil interpretação e cumprimento, que não é aquela que nos tem vindo a ser impingida de há uns 15 anos a esta parte, porque não há nada simplificado em termos de ação administrativa por iniciativa do setor Estado.

Nós temos muitas inspeções. Temos as Finanças, temos o Tribunal de Contas, temos o Tribunal Constitucional, temos o Provedor de Justiça, temos a Assembleia Municipal, porque não centralizar em relação ao que se deve fazer para que haja transparência.

Eu gostava que não acontecesse o que aconteceu há cerca de 15 dias, em que apareceram umas 8 pessoas para verificarem se uma padaria na Freguesia do Lourical, no nosso Concelho podia funcionar, eram técnicos do Ministério do Ambiente, da CCDR, do Ministério da economia, etc. Isto é próprio da legislação que nos chega, que é feita nos Gabinetes e que custa milhares ao erário público.

Meus caros amigos, centralizem a inspeção que deve ser feita às autarquias locais, em convergência de meios humanos, para fiscalizarem, de forma a controlarem, verificarem e constatarem, como esta Assembleia também pode fazer, aquilo que se faz no dia-a-dia.

Podia dizer muita coisa a nível de gestão, por exemplo, o Grupo Águas de Portugal, em que o Eng.º Pedro Serra ganha cinco ou dez vezes mais do que eu como Presidente de Câmara, deve 2,93 mil milhões de euros. A REFER 2,40 mil milhões de euros, o metro do Porto 2,34 mil milhões de euros, o de Lisboa 2 mil milhões de euros, a Carris 672 milhões, o Parque Escolar deve já 675 milhões de euros, contra factos não há argumentos, estes políticos jovens têm que alterar a situação de como se faz política a nível nacional e de como se gerem os dinheiros públicos.

O Relatório preliminar foi apresentado, não há irregularidades graves, eu e os meus Vereadores não vamos para a cadeia, e, contrariamente àquilo que era pretendido por parte de alguns digníssimos pombalenses e deputados esse relatório, no que concerne ao desfalque, não inibe em nada o Executivo.

Em relação ao Senhor Deputado Dr. João Coelho, fala na Praia do Osso da Baleia, é uma praia com galardoes, boas acessibilidades, bandeira azul, tencionamos aumentar o parque de estacionamento, tencionamos ali fazer um parque de campismo e ecológico.

É evidente, já se chegou a essa conclusão, que o molhe que está a ser construído, também por falha técnica, está a afetar as praias do Osso da Baleia e do Pedrogão. O Instituto Hidrográfico Nacional terá que analisar esta situação para fazermos ali um molhe de forma a que as areias fiquem ali acumuladas, porque, daqui a uns anos, podemos ter aquela praia sem areia o que é preocupante, mas essa preocupação já foi manifestada.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Em relação à ETAP, tem um Pelouro da Educação, com experiência, a acompanhar a sua funcionalidade, tem uma directora geral, tem uma directora pedagógica, há uma directora financeira e administrativa, e a escola revela, nos últimos anos, eficiência na sua funcionalidade, tem credibilidade, há profissionalismo, há competência, há dedicação das pessoas que estão à frente daquela escola, e não há nada a apontar que seja reprovável, porque há visão e há transparência de tudo aquilo que se lá passa. Eu quero que as contas caucionadas da ETAP sejam eliminadas, se este Ministério tiver a preocupação de pagar.

Quando se fala no saldo negativo e nas contas caucionadas, devia-se falar neste Estado de Direito e Democrático que temos, em que o Estado é o principal mau pagador. Aliás, faço aqui um parêntesis: Nós temos o nosso comércio prejudicado, as grandes áreas comerciais pagam aos produtores e aos fabricantes a seis ou sete meses de distância mas recebem de imediato, não juntam fatura e o Estado permite, se isso fosse controlado não era preciso aumentar o IVA, onde todos pagam nada é caro, e não tínhamos tanto desemprego a nível do comércio, nem tínhamos o setor primário no estado em que está, se houvesse estratégia, por parte de quem nos governa. Os 308 Municípios só têm 3% de responsabilidade na dívida a nível nacional, estamos a mexer nos 3%. Porque é que não se mexe já nos restantes 97%, nas mordomias que existem, a nível nacional.

A Escola Profissional está bem, recomenda-se e não se vende enquanto eu estiver aqui.

Quanto aos procedimentos concursais, nós temos um Departamento de Recursos Humanos, houve concursos públicos, houve provas teóricas e práticas, tínhamos pessoas, há 10 anos, sem entrarem no quadro, dessas entraram umas 60 e as outras vieram de fora.

Em mais de 90 procedimentos houve apenas uma reclamação, acho que estamos de parabéns, portanto, a sua preocupação não tem qualquer justificação e também pode falar com as pessoas do Departamento de Pessoal e com o Pelouro que exige que as pessoas sejam admitidas no cumprimento da Lei e que se admitam as mais bem preparadas e as mais competentes, sem compadrios, antigamente o júri era composto por pessoal daqui, atualmente, com a nova legislação, o júri vem de fora para fazer as seleções.

Senhor Vitor Gomes, há quatro anos que a água no Concelho de Pombal não é aumentada. Está em curso um estudo com comparação a todos os Concelhos da zona centro, una da AMLEI e outros das Terras de Sicó, para se concluir que não é assim, como o Senhor disse, em termos de custos.

Vai ser recomendado um preço único a nível nacional, mas eu conheço Concelhos do Norte, em que ex políticos que estão à frente das Associações Multimunicipais de fornecimento de água e saneamento e que estão a ganhar três ou quatro vezes mais que na função anterior, e a água está a dois euros o m³ no escalão de 0 a 5m³ e a ERSAR quer recomendar uniformidade de preços para toda a água, a nível nacional.

Senhor António Fernandes, o terreno com uma área de 8.000 m² foi comprado por sua indicação, e bem, porque é no Centro da Freguesia. O projecto está praticamente concluído, elaboramos a candidatura, nós vamos iniciar a obra na Mata Mourisca, depois em Almagreira e seguem-se outras Freguesias.

Em relação ao Dr. Guilherme Gameiro, registo com agrado o reconhecimento, porque desde que estou aqui, passámos de quatro Centros de Dia e Lares para mais de vinte. Temos as Freguesias todas servidas de Centros de Dia.”



MUNICÍPIO DE POMBAL

Ponto 2.1 - Leitura e discussão da informação do Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que prestou os esclarecimentos que entendeu pertinentes, colocando-se à disposição dos membros da Assembleia, para quaisquer esclarecimentos.

Colocada a informação do Presidente da Câmara a discussão não se verificou qualquer inscrição, passando-se, de imediato, ao ponto seguinte.

Ponto 2.2 – Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Fixação da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis, relativa ao ano de 2011.

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que prestou os esclarecimentos que entendeu pertinentes, colocando-se à disposição dos membros da Assembleia, para quaisquer esclarecimentos.

Colocado este ponto a discussão, inscreveram-se os seguintes membros:

Tiago Galvão, cuja intervenção se segue:

“A Bancada do Partido Socialista entende que a proposta apresentada pelo Executivo do Município de Pombal, em relação à fixação das taxas do IMI para o ano 2011, penaliza excessivamente as famílias.

Num momento em que o País atravessa grandes dificuldades económicas, que consequentemente, também afetam o nosso Concelho, os pombalenses que adquiriram casa, nos últimos anos, terão que suportar um imposto que gera injustiças inerentes aos erros nos zonamentos que determinam elevados coeficientes de localização e sobreavaliação dos imóveis, muitas vezes acima do valor comercial.

Convém não esquecer que o Município obterá, pela participação máxima, 5% da taxa variável do IRS, suportada pelos munícipes com residência fiscal no Concelho, e que aplicará também a taxa máxima de derrama para empresas com volume de negócios superior a 150.000 euros.

Neste sentido, foi apresentada uma proposta pelos Vereadores do Partido Socialista que visa minimizar estas injustiças, no entanto, esta proposta foi rejeitada com a argumentação, por parte do executivo camarário, que se prendia com o facto de o Município perder cerca de um milhão de euros.

Esta Bancada defende que esta argumentação não será a melhor. O Município tem uma boa saúde financeira, sempre defendida pelo Presidente do Executivo e do nosso conhecimento.

Será assim tão difícil aliviar financeiramente os munícipes? Nós pensamos que não é difícil e, para colmatar esta perda de receita, sugerimos algumas medidas:

- *Contenção de atribuição de subsídios;*
- *Redução nas despesas de funcionamento da Câmara; e*
- *Alienar património para encaixe financeiro.*



MUNICÍPIO DE POMBAL

Com o empenhamento do Executivo seria possível acomodar no Orçamento esta redução da receita fiscal, obviamente, aliviando o bolso dos munícipes.

Por estes motivos, esta Bancada, votará contra a proposta da Câmara sobre a fixação da taxa do IMI para o ano 2011, no que diz respeito à taxa aplicada aos prédios avaliados nos termos do Código do IMI.”

João Coucelo, que fez a intervenção abaixo

“Sobre este assunto, fazendo só um pequeno reparo ao Tiago Galvão, não é que tenham 150 mil euros de resultados líquidos, a tributação incide sobre isto e não sobre o volume de negócios, portanto, é uma diferença substancial.

Eu gostava de recordar aqui, porque eu não gosto de violentar a minha consciência, mudando de opinião por questões circunstanciais, mas gostava de ler o que disse em Junho passado, está na ata. Disse-o a propósito de um pedido de isenção de uma empresa deste Concelho, isenção de IMI e de IMT, e disse, a determinada altura, na minha primeira intervenção, no período de antes da ordem do dia, algo que tem muito a ver com isto.

Acho que estamos realmente num buraco, ou numa cratera, as razões do buraco ou da cratera são exatamente as mesmas.

Quem criou o buraco na Madeira teve exatamente a mesma atitude, salvo pequenas questões pontuais, que a pessoa que criou a cratera em Portugal, exatamente a mesma coisa, não há diferença a não ser na postura que tem o personagem em causa, na Madeira.

Eu acredito, apesar de tudo, e disse-o, que há gente muito válida neste País e, por isso, acredito que independentemente de quem está agora a governar, será possível com a colaboração dos três maiores Partidos com representação na Assembleia da República e com responsabilidade natural dos dois Partidos que se coligaram para governar, que consigamos, acima de tudo, vencer a gravíssima crise económica que nos afeta, mas também, a crise de valores na política que nos afeta de há muitos anos a esta parte, a crise de desconfiança, do descrédito, da desmotivação que perpassa pela nossa sociedade.

Esse é o nosso desígnio como portugueses, de forma a que este País, daqui a quatro anos, tenha uma situação bem melhor que a que tem agora.

Quero acreditar que é possível fazê-lo, não vai ser fácil, todos sabemos as condições que nos estão, à partida, impostas, e, naturalmente, vamos ter de lutar muito, fazer alguns sacrifícios, mas eles têm que ser distribuídos por todos, não pode ser apenas pelo povo, pelos mais frágeis, pelas pessoas que têm as suas vidas ameaçadas pelo desemprego, pela doença, pela falta de mobilidade e portanto temos que esperar que este governo consiga políticas que permitam, apesar e tudo, salvaguardar os mais fragilizados da nossa sociedade.

Para o Concelho de Pombal e para o meu País, para todos nós que aqui estamos a discutir, muitas vezes, questões supérfluas, que também têm aqui lugar, temos que definir prioridades com o Executivo, fazer o melhor para apontar bons caminhos para a nossa autarquia, definirmos as prioridades de forma mais exigente também nesta Câmara Municipal de Pombal, o que se vai passar para o País será também um clima de exigência, cada vez maior, relativamente às prioridades que temos que defender para levantar Portugal da crise.

Toda a gente sabe que a dinamização da economia deste País e deste Concelho e a competitividade das empresas é naturalmente beneficiada com a redução da carga fiscal, nomeadamente em períodos de recessão económica e de dificuldades de financiamento.



MUNICÍPIO DE POMBAL

As empresas, quaisquer que elas sejam, produzem bens importantes para a economia do Concelho e do País, bens transacionáveis ou não, cabem também no papel de empregador, estimular a fixação de populações ou atrai-las para estes pólos de implantação das suas empresas.

A geração do emprego conduz, naturalmente, à estimulação da atividade económica em toda a zona em que se insere, e também às receitas fiscais aos mais diversos níveis. É sempre mais vantajoso ter mais empresas e mais postos de trabalho com menor carga fiscal do que ter poucas com muita carga fiscal.

Em momentos de crise como o que atravessamos será, e isto é uma recomendação à Câmara, de analisar friamente o que se pode fazer, em termos objectivos, na área da Derrama, IMI e IMT, dentro das regras do bom senso, para que, de alguma forma, se possa estimular a fixação de empresas e conceder alguns benefícios àquelas que já cá estão.

Será importante para incentivar e aumentar a sustentabilidade do emprego e melhorar a competitividade das empresas, com a prudência e equilíbrio necessário, de forma a que o resultado final se traduza em benefícios inegáveis para a comunidade em geral.

Propuz, na altura, que se refletisse sobre os valores a fixar no IMI que estamos agora a discutir. Eu defendo, e acredito que a Câmara, com algum sacrifício, mesmo que pouco, poderia ter reduzido para os 0,35%. Vão-me dizer, é pouco, é irrisório, mas era um sinal.

De alguma forma, quando nos comparamos com Municípios à nossa volta, nós não temos a maior taxa de IMI, o que nós temos em Pombal, e realmente esse é um problema que a Câmara terá que resolver com as Finanças, é zonamentos que estão acima do valor comercial dos imóveis, isso é verdade e tem que ser resolvido.

Como todos sabem, a reforma do património e, naturalmente, a atualização da Lei das rendas, irá introduzir no próximo ano, com certeza, fatores que poderão causar ainda alguma perturbação nisto tudo.

Portanto e, sobre esta matéria, atendendo às circunstâncias que estamos a viver neste País, vou-me abster.”

João Coelho, que fez a seguinte intervenção:

“Eu queria apenas aproveitar a oportunidade para acrescentar algo às palavras do meu camarada Tiago Galvão, não querendo discordar de nada do que ele disse, queria pelo contrário complementar, propondo à Câmara mais uma medida onde poderia encontrar esse milhão de euros que não arrecadaria com a proposta do Partido Socialista.

Fica a sugestão, com duas opções, das duas uma, ou passasse a receber o valor equivalente à aplicação da taxa referente as inertes, neste Concelho, que é de dez cêntimos por tonelada extraída, e que não está a ser recebido, porquanto fizemos contas e em qualquer uma das maiores pedreiras do nosso Concelho equivaleria a 500 mil euros, portanto está aí o milhão de euros, ou recebe esse valor ou então passe a incorporar no seu argumentário político que não está disposto a onerar essas empresas, prefere onerar cada um dos pombalenses, mesmo aqueles que têm alguma dificuldade em pagar estas taxas, hoje, aqui, fixadas.

Portanto, ou vai buscar o dinheiro ou admite que não o vai fazer onerando os pombalenses.”



MUNICÍPIO DE POMBAL

Joaquim Branco, que usou da palavra como se segue:

“Querida aderir à posição da Câmara no sentido que tem as mãos, no fundo, atadas, já que o Partido Socialista, em 6 anos, não fez qualquer alteração do CIMI, não fez qualquer alteração do Código de Construção Predial de 1958, não fez qualquer reforma no sentido de distinguir uma habitação de um comércio e de uma indústria.

No fundo, esta Assembleia limita-se a fixar, obviamente, uma taxa. Seis anos passados, não se vê qualquer iniciativa, qualquer memorando que possa ter argumentos para dizer a esta Câmara, faça-se distinção entre quem é família, quem é industrial, quem é comerciante, faça-se distinção entre a primeira habitação, a habitação lúdica, etc. (2:23:23)

Á entendimento que a nível das avaliações, o PSD foi o único Partido que, após 1974, teve a coragem de fazer alguma coisa. O Partido Socialista não tem legitimidade porque não fez nada, simplesmente fez algumas circulares no âmbito do Código, com uma grande contradição, em que as pessoas quando reclamam não sabem se têm Lei ou se têm a circular das Finanças a que pertence.”

Sérgio Gomes, que usou da palavra como se segue:

“Vou fazer uma pequena intervenção relativamente à fixação das taxas do IMI para o ano de 2011.

O IMI é um imposto de grande importância com um peso significativo nas receitas de grande parte das autarquias, Pombal não foge à regra.

Se olharmos para a execução orçamental da receita de 2010, verificamos que as receitas de IMI foram cerca de 4,1 milhões de euros, representando 16% da receita corrente e 11% da receita total do Município.

Foi proposto, em reunião de Câmara, pelos Senhores Vereadores da oposição, o abaixamento de uma das taxas de IMI, dos actuais 0,365% para 0,25%. Obviamente que é uma proposta de um Partido que está na oposição, porque, estou convicto, que se o PS gerisse os destinos da autarquia, esta proposta não era apresentada nestes termos se o objectivo da governação fosse a preservação do equilíbrio financeiro do Município.

Esta proposta não tem aderência à realidade camarária, neste momento, mais do que nunca, é fundamental um bom nível de arrecadação de receitas próprias do Município na medida em que, em consequência da redução das transferências do Estado para as Autarquias, o Município de Pombal é penalizado em cerca de 750 mil euros/ano, face às transferências de um passado ainda recente.

Por outro lado, face ao novo limite de endividamento estabelecido por imposição administrativa via Orçamento de Estado para 2011, a Câmara viu reduzido drasticamente o seu limite de endividamento, que passou de 26 milhões de euros para 6,6 milhões. Sendo que o endividamento líquido à data de 30 de Junho era de 5,5 milhões sobra-lhe uma margem de endividamento de cerca de um milhão de euros, quando, pelos anteriores cálculos essa margem seria de 21 milhões.

Face ao quase impedimento do Município em recorrer a capitais alheios, via financiamento bancário, terão que ser capitalizadas as suas receitas próprias em nome do bom equilíbrio financeiro, que a Câmara de Pombal vem apresentando ao longo destes últimos anos.

Por outro lado ainda, o constrangimento orçamental e o nível da dívida pública nacional, obrigam à tomada de medidas de austeridade que a todos afetam.



MUNICÍPIO DE POMBAL

A subida da taxa de IVA de 5% para 23%, da eletricidade, a partir de amanhã, acarreta um custo e desembolso adicional para a autarquia na ordem dos 250 mil euros por ano.

Uma redução da taxa do IMI como aquela que a oposição vem propor, implica uma redução na arrecadação de receita do IMI na ordem de um milhão de euros por ano.

Ora, este impacto, aliado às situações já referidas, significam, quer pela redução da receita, quer pelo aumento da despesa, uma perda, a nível da Tesouraria, na ordem dos dois milhões de euros por ano, valor bastante significativo para os dias que correm. Admite injustiças decorrentes da reforma do património ocorrida em 2004.

Enquanto contribuinte, também me custa pagar, anualmente, cerca de 800 euros de IMI, tendo beneficiado apenas de uma isenção de 3 anos, reconheço no entanto que, existindo injustiças, não cabe aos Municípios as correções das mesmas, substituindo-se assim ao Governo Central. Ao haver correções, estas têm que ser de âmbito nacional.

Esperam-se medidas concretas no próximo ano quanto a estas matérias, assim como à revisão dos coeficientes de localização, esses sim, enviados desde o início. Daí surgirão, e bem, o fim de algumas isenções, alargando-se desta forma a base tributável do imposto, tendo, nessa altura, a Câmara, possibilidade de baixar a taxa de IMI, aliviando o esforço dos contribuintes sem que para isso tenha que abdicar desta receita importante.

Face a esta situação, compreendo, aceito e votarei favoravelmente a proposta do Executivo em manter as actuais taxas de IMI.”

Fernando Carolino, que fez a seguinte intervenção:

“Eu tenho que corroborar palavras já aqui ditas pelo Dr. João Coucelo.

Efectivamente perdeu-se, mais uma vez, neste ano, a possibilidade de a Câmara aliviar, como aqui já foi referido, os bolsos dos contribuintes pombalenses. Nada mais há a fazer, neste momento, é 0,365 é 0,365%, hoje é um pró-forma aquilo que nós estamos aqui a fazer, até porque justificar a posição do Partido Socialista, nesta matéria, o meu camarada Tiago Galvão bem como o meu camarada João Coelho, já o fizeram, mas há aqui situações que não se podem deixar em claro.

O distinto colega de Assembleia Municipal, Dr. Joaquim Branco, vem aqui persuadir uma bandeira do nacional, que o PS nacional não fez, que o PS nacional fez, está muito preocupado com o Partido Socialista, mas, meu caro companheiro de Assembleia Municipal, aquilo que me preocupa, neste momento, e sempre me preocupou, desde que assumi funções na Assembleia Municipal de Pombal, é com o Concelho de Pombal e com aquilo que o Executivo do Concelho de Pombal pode ou não pode fazer, tem ou não tem a capacidade de fazer, e efectivamente, esta situação de manter, de aumentar, de baixar, fazer o que bem entender com o IMI. Se o pode fazer? Pode. Se o fez? Não, não fez.

Efectivamente, já temos do lado do PSD quem, na sua coerência política e social, mantém a sua palavra ao longo do tempo, por isso, o Partido Socialista de Pombal, também tem que manter a sua palavra e a sua coerência ao longo do tempo.

Votar com uma abstenção esta situação? De todo, não podia ser.

Votar favoravelmente, quando apresentámos propostas de redução? Também não era possível.

Por isso, aquilo que o meu camarada Tiago Galvão aqui expressou, nesta Assembleia, é que, efectivamente, temos que votar contra.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Uma ressalva final. Efetivamente, Senhor Presidente da Câmara, a Câmara Municipal de Pombal, segundo as suas palavras, goza de boa saúde financeira, tem capacidade de pagamentos, está plasmado nos relatórios dos auditores que nos são apresentados, por isso, talvez tivesse sido uma oportunidade, numa época que vivemos de crise, numa época difícil para todos nós, não é só para os pombalenses mas para todos os portugueses, havia a possibilidade de aqui, como o Senhor já numeras vezes tem referido, “num Concelho de charneira”, seja isso o que for, ter um rasgo de oportunidade para os outros Concelhos que há neste País e dizer: Nós, em Pombal, cumprimos; nós em Pombal, pagamos; nós, em Pombal, ajudamos os nossos. Era isto que podia ter sido feito e que, lamentavelmente, não foi.”

João Coucelo, que pediu a palavra para esclarecer o seguinte:

“Eu mantenho a minha coerência relativamente àquilo que propus, porque acredito, o que é totalmente diferente da proposta irresponsável do Partido Socialista, de baixar para os valores que propôs, na reunião do Executivo Municipal. São coisas completamente diferentes.”

Nesta altura o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que respondeu como se segue:

“Eu já estou habituado à votação da oposição. É bom, politicamente, votar contra.

Nós temos, por más políticas urbanísticas e de ordenamento do nosso espaço territorial, temos o Concelho e o País parado na construção civil, porque ainda não houve nenhum governo com capacidade de impor, a nível nacional, as Leis do arrendamento. Há 40 anos atrás quem precisava de casa tinha-a para alugar, quem tinha dinheiro não o punha em “offshors”, investia na construção civil.

Nunca ninguém conseguiu reduzir o plafond entre as operações ativas e passivas nos Bancos, nem controlar os lucros das Empresas monopolistas que o Estado tem.

O Senhor devia saber que por falta de legislação a nível do ordenamento e da construção civil, que está parada, mas qualquer urbanização tem quatro anos de isenção de IMI, depois constrói um prédio e está isento mais três anos, se esse prédio for alienado tem mais anos de isenção de IMI.

O PEC1 tirou-nos quase 500 mil euros, o PEC2 já nos tirou 750 mil euros.

A nossa capacidade de endividamento que era de 25 milhões de euros baixou para 5.491.000 euros e nós temos obras do QREN para fazer.

Nós temos que ser realistas. Eu não quero, quando sair desta Câmara, deixar uma gestão irresponsável e populista.”

Colocado este ponto a votação, foi o mesmo aprovado por maioria, com sete votos contra e duas abstenções.

Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.3 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Lançamento da Derrama a cobrar no ano 2012.

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que apresentou o documento colocando-se ao dispor dos membros da Assembleia para qualquer esclarecimento.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Colocado este assunto a discussão não houve qualquer inscrição pelo que se passou à votação, tendo o mesmo sido aprovado, por unanimidade.

Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.4 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Estabelecimento da Taxa Municipal de Direitos de Passagem a vigorar no ano de 2012.

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que apresentou o documento colocando-se ao dispor dos membros da Assembleia para qualquer esclarecimento.

Colocado este assunto a discussão não houve qualquer inscrição pelo que se passou à votação, tendo a Taxa Municipal de Direitos de Passagem a vigorar no ano de 2012, sido aprovada por unanimidade.

Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.5 – Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Relatório de Execução do Plano de Prevenção de Riscos e Gestão (Incluindo os de Corrupção e Infracções Conexas).

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que apresentou o documento colocando-se ao dispor dos membros da Assembleia para qualquer esclarecimento.

Não se verificando qualquer inscrição passou-se de imediato ao ponto seguinte.

Ponto 2.6 - Apreciação do Parecer do Auditor Externo relativo ao 1.º semestre de 2011;

O Senhor Presidente da Assembleia colocou este ponto a discussão, tendo-se inscrito:

João Coelho, cuja intervenção se segue:

“É só para deixar aqui mais um ponto de ordem, em relação à vinda de mais um relatório da mesma sociedade que fez a conclusão brilhante, na altura do desfalque, que estava lá o dinheiro todo quando já faltavam 45.000 euros.

Eu lamento profundamente que ainda não se tenha procedido à substituição deste auditor, por uma questão de responsabilidade em relação aos fatos passados, fico contente de saber que a Assembleia Municipal não vai ser responsabilizada por ter votado este documento na altura, é uma boa notícia, mas continuar com alguém que já cometeu essa falha tão grande, é lamentável.”



MUNICÍPIO DE POMBAL

Ponto 2.7 – Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Centro Escolar da Ilha – Proc.º n.º 49/2010.

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que prestou os esclarecimentos que entendeu sobre a necessidade de autorização da Assembleia Municipal, conforme deliberação do Executivo previamente distribuída por todos os membros da Assembleia e que a seguir se transcreve:

“Ponto 12.0 - Centro Escolar da Ilha - Proc.º n.º 49/2010.

Foi presente à reunião a informação n.º 1014/SOVM/11, da Secção de Obras e Vias Municipais, que a seguir se transcreve:

“1. Relativamente à obra mencionada em epígrafe, foi a mesma adjudicada por deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 11 de Março do ano em curso, à firma Soteol – Sociedade de Terraplanagens do Oeste, Lda., pelo valor de € 885.712,61, mais IVA e com o prazo de execução de 360 dias (12 meses).

2. Nestes termos, prevê-se os seguintes encargos/anos:

- Ano 2011 (3 meses) € 144.540,37, IVA incluído;*
- Ano 2012 (9 meses) € 794.315,00, IVA incluído.*

3. Verifica-se que, o encargo para o ano 2012 é superior definido para o ano 2012, no montante de € 376.259,65.

4. Considerando o valor limite definido na alínea b) do n.º 1 do Artigo 22º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de Junho, deve, nos termos do n.º 6 do citado artigo e diploma, ser obtida a autorização da Assembleia Municipal para a efectivação da despesa.”

A Câmara deliberou, por unanimidade, atento o disposto na alínea b) do n.º 1 conjugada com o n.º 6, ambos do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, solicitar competente autorização à Assembleia Municipal para efectivação da despesa, solicitando também a aprovação da respectiva parte da acta por minuta, para efeitos de imediata execução.”

Colocado este ponto a discussão não se verificou qualquer inscrição, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade, autorizar a efectivação da despesa de harmonia com o solicitado.

Mais deliberou, por unanimidade, aprovar esta deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.8 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Gestão Energética e Iluminação Pública - Aquisição de Sistemas de Instalação de Sinalização Luminosa LED para a Rede Municipal (Cidade de Pombal) - Proc.º n.º 26/2011.

O Senhor Presidente da Assembleia colocou este ponto a discussão, tendo-se inscrito:



MUNICÍPIO DE POMBAL

João Coucelo que perguntou se esta iluminação vai abarcar toda a Cidade de Pombal ou que zonas vão ser abrangidas por esta iluminação, bem como a estimativa da poupança, em custos energéticos/ano, com este investimento.

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que informou que a iluminação LED está a ser muito utilizada, a nível nacional, e que o Concelho de Pombal foi o primeiro a ter uma Rua com iluminação LED.

Ligados a essa luminária temos três jovens de Pombal que trabalham em Águeda e que os fabricantes acarinham a sua patente, que registara, e estão a implementá-la em muitas Cidades. Informou ainda que tudo o que são obras de regeneração urbana, vai ser com iluminação LED, porque há uma economia de 70% de consumo, segundo a estatística de quem nos vende o equipamento, que os serviços ainda não aferiram custos mas que o engenheiro eletrotécnico do Município está a acompanhar o processo.

Referiu que gostaria que a iluminação LED fosse também colocada nas vias públicas, não só na Cidade, mas que esse investimento irá ser feito, gradualmente, conforme as possibilidades.

Nesta altura o **Dr. João Coucelo** pediu a palavra para dizer o seguinte:

Queria rematar dizendo que há muitas Câmaras que estão preocupadas, naturalmente, com os custos da energia, e que estão a propor redução do horário de iluminação, o que causa alguns problemas de segurança.

Queria também alertar o Senhor Presidente para o seguinte:

No sentido de Coimbra para Pombal, chega-se ao lugar do Tinto e há uma urbanização que não tem ninguém e tem as luminárias todas acesas.

É a Câmara que paga, ou é o proprietário da urbanização?

Talvez fosse de mandar desligar a iluminação que ali não serve para nada.”

Colocado este assunto a votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade.

Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Terminados os assuntos da ordem de trabalhos e antes de dar a palavra ao público, o **Senhor Presidente da Assembleia**, disse que este período de intervenções do público, de harmonia com o Regimento da Assembleia Municipal, serve para os munícipes colocarem questões de forma a ser obtida uma resposta.

Referiu ainda que foram feitas 14 inscrições e que, por esse motivo, e de acordo com a sensibilidade da Mesa, foram seleccionadas as inscrições que interessam ao Concelho e aos munícipes, uma vez que a Assembleia Municipal não é um tribunal popular, mas um órgão deliberativo democraticamente eleito.

Acrescentou que as pessoas têm direito à sua indignação e ao seu descontentamento, mas que há órgãos próprios para o efeito.

Informou também ter tomado a liberdade de agrupar os temas, passando a dar a palavra aos seguintes munícipes:

Eliseu Ferreira Dias, residente em Pombal, que fez a seguinte intervenção:

“Eu estive aqui durante esta tarde toda, a ouvir estas pessoas, e cheguei à conclusão irremediável de que, num Concelho totalmente parado, onde não se cria riqueza, aqueles que



MUNICÍPIO DE POMBAL

pouco produzem, sejam obrigados a pagar impostos elevadíssimos. Por isso é que aqui, neste Concelho, cada vez há menos indústrias, cada vez as pessoas que aqui querem investir se vão embora, e é pena que assim seja.

Eu não tenho dúvidas nenhuma e sei que esta Câmara é gerida por um homem sério, um homem honesto, um homem trabalhador, que é o Senhor Presidente da Câmara, mas também sei que há muitas coisas que deveriam ser feitas de outra forma, mas ele não tem oposição, esta Câmara não tem oposição, as pessoas fazem aquilo que a maioria quer e, infelizmente, a oposição, nalguns casos, também vota a favor.

É pena, mas os pombalenses têm aquilo que quiseram.”

Maria Fernanda da Conceição Fernandes, residente no lugar de Féteira, Freguesia de Carnide: *“Eu pertenço ao povo da Féteira e sou das famílias que fundaram e desenvolveram esta povoação, há mais de 300 anos. Aqui nasceu quase toda a minha geração, e agora os meus filhos para darem continuidade para os meus netos.*

Estou indignada com as trifulhices dos Presidentes da Junta de Carnide e da Ilha, com as negociatas para interesses próprios, e está toda a povoação da Féteira revoltada por se aproveitarem, em proveito próprio, de cargos que têm nas Juntas de Freguesia de Ilha e Carnide, e, sem nada falarem com os restantes da Féteira, e por autoria deles mesmos, marcarem os novos limites desta Freguesia, e vem agora V. Ex.^a, Senhor Presidente Narciso Mota, dizer que dá para a Ilha a nossa escola da Féteira, que foram as nossas famílias que tudo deram para esta escola estar onde está, porquê?

Como é possível darem o que o povo desta terra deu?

Porque é que V. Ex.^a não repõe os limites da nossa Freguesia como sempre estiveram?

Porque é que está a pintar o seu bom-nome de preto para ajudar estes dois marmanjos ignorantes que...”

Nesta altura, o **Senhor Presidente da Assembleia**, informou que devido à utilização de adjetivações impróprias, havia cortado a palavra à D. Fernanda, passando a usar da palavra o Senhor:

Francisco Gomes, residente no lugar de Féteira, Freguesia de Carnide, que usou da palavra como se segue:

“O que eu aqui venho dizer é que, na Féteira, é de duas Freguesias, duas Freguesias muito Velhas, em que dantes era a Freguesia de Vermoil e a da Mourisca, onde tiveram uma extrema que ainda hoje lá está. Uma extrema que eu não vi fazer mas que tem mais de mil anos.

Por que motivo e que ela agora, depois de entrarem estes dois Presidentes, foi alterada?

Eu acho que nós devemos respeitar aquilo que os velhos fizeram, não é a propaganda destes novos, porque tudo tem limites.

Porque é que motivo é que está lá um marco que tem esclarecido “Freguesia de Carnide”, agora, e Freguesia da Ilha onde dantes era Freguesia da Mourisca e Freguesia da Ilha, e Freguesia de Monte Redondo que hoje é Bajouca, porque é que eles não vêem os marcos?

Se há extremas, porque é que agora ele foi alterar as extremas que havia? Vai apanhar cerca de 100 propriedades, vai apanhar uma média de 250.000 metros que ele vai desviar da Freguesia que é hoje Carnide para a Freguesia da Ilha?

Com que Lei é que ele entrou naquilo que é meu, nalguns dos prédios, sem me pedir autorização de os ir desviar da minha Freguesia para a Freguesia dele.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Quando nós temos algum problema com qualquer pessoa temos que a consultar. Não é unicamente fazer as coisas por conveniências, irem buscar a este para dar àquele.

Eu tenho dado muitos terrenos para várias coisas, mas têm-mas pedido, e quando mas pedem, se vejo se precisam delas, normalmente, dou-as, que é o meu dever.

Agora eles quererem entrar dentro daquilo que é meu e não me pedirem nada, fazerem as coisas pela cabeça deles, acho que é uma falta de compreensão. Há que respeitar os limites das pessoas velhas, não é agora esta garotada, que começaram a usar brincos, e depois de começarem a usar brincos é que estragaram a democracia toda.

Portanto, não acho justo que, por cinco tostões combinem isto e mais aquilo, os limites que são muito velhos, há que ser respeitados.

Isto é o que eu venho aqui fazer, esclarecer que não autorizo que eles desviem as minhas propriedades, nem as dos outros, da minha Freguesia para a Freguesia deles.

Eu quando estou interessado num terreno vou ter com o dono, saber se ele mo quer vender ou se mo quer dar.

Portanto, eles não tinham mais nada, quando começaram com essa trifulhice, que era unicamente ir ter com o povo e perguntar se nós estávamos de acordo em alterar as extremas, ou não. Nada disso fizeram. Trataram os dois dessas coisas e lembraram-se que nós nos deixávamos ir, mas não, nós vamos lutar até à última gota e o que não for resolvido a bem, vai ser resolvido pela justiça.”

Sofia Daniel Fernandes Abrunheiro, residente no lugar de Féteira, Freguesia de Carnide, que disse o seguinte:

“No início desta Assembleia, espero estar certa, ouvi o Exm.º Senhor Presidente da Assembleia dizer que a política deixava de ser política quando fazia com que as pessoas ficassem indispostas.

Pois bem, a política que os Senhores Presidentes das Freguesias de Carnide e da Ilha estão a fazer, fez com que as pessoas da Féteira ficassem indispostas e fossem obrigadas a tomar medidas, que seriam desnecessárias, caso as pessoas presentes nesta sala tivessem bom senso.

Eu gostaria de pedir ao Exm.º Senhor Presidente da Câmara que tivesse um pouco mais de atenção aos seus eleitores e não a dois Presidentes de Junta que estão a trabalhar em proveito próprio e não em proveito das Freguesias.

Para terminar, eu peço desculpa, pelas palmas que batemos se ofenderam alguém, mas eu não me arrependo de bater palmas a quem merece.”

Deolinda Fernandes, residente na Praia da Vieira, cuja intervenção se transcreve:

“Eu creio que já tudo o que era para dizer foi dito, acerca dos limites entre a Freguesia de Carnide e a Freguesia da Ilha que foram alterados, devem ser repostos, ou então alguém, algum dia, diz que somos todos deficientes mentais, foram alterados, devem ser repostos.”

Manuel Gaspar, Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia de Carnide, que pediu a palavra para prestar os seguintes esclarecimentos:

“No dia 21/04/2011, foi esclarecido e postos a discussão os novos limites administrativos da Freguesia de Carnide com a Freguesia da Ilha, os quais foram aprovados, por unanimidade, pelos membros da Assembleia do PSD e do PS.



MUNICÍPIO DE POMBAL

O movimento criado em torno deste assunto nunca pediu esclarecimentos à Mesa da Assembleia de Freguesia de Carnide, nem à Junta de Freguesia, desconhecem os motivos que nos levaram na efetuar esse acordo com a Freguesia da Ilha.

Tenho conhecimento que as pessoas que lideram este movimento andam a aconselhar a população envolvida a não pedir esclarecimentos às devidas entidades.”

Francisco Carreira, membro da Assembleia de Freguesia de Carnide, que disse o seguinte:

“Na qualidade de membro da Assembleia de Freguesia de Carnide, acrescento ao que foi referido pelo Senhor Presidente da Mesa, que estas pessoas induzem a população em erro, dando a assinar abaixo-assinados, no sentido de revogar o ato administrativo do dia 21/04/2011.

Com a revogação deste acordo 36 residências passarão a pertencer, novamente, à Freguesia da Ilha, pelo que estas pessoas terão que ser responsabilizadas se tal vier a acontecer.

Toda a gente sabe que houve censos, em 2001, já se verificou nessa altura erros nos limites entre estas duas Freguesias. Os Executivos, na altura, nada fizeram.

Será que a responsabilidade é dos Executivos atuais, ou é uma má herança?”

Gabriel Soares, na qualidade de membro da Assembleia de Freguesia de Carnide, que disse o seguinte:

“Eu faço parte da Assembleia de Freguesia de Carnide, há quase 30 anos.

O que eu tenho a dizer acerca dos limites de Freguesia de Carnide com a Ilha, é o seguinte:

As Juntas de Freguesia de Carnide e Ilha chegaram a um acordo sobre esse limite que foi apresentado à Assembleia de Freguesia de Carnide. Depois de ter sido explicado o conteúdo desse acordo, nós vimos que não será o melhor acordo para Carnide, mas, mesmo assim, foi posto a votação e foi aprovado, por unanimidade, incluindo os elementos da oposição que também o votaram favoravelmente.

Estamos conscientes que se o acordo, por algum motivo, for revogado, Carnide não vai perder só duas casas e a escola, mas sim 36 casas.”

Eusébio Rodrigues, Presidente da Junta de Freguesia de Carnide, cuja intervenção se transcreve:

“Infelizmente, e sobre aquilo que foi aqui dito, é mesmo assim que se tem passado.

Até hoje, apenas uma Senhora teve a amabilidade de ir à Junta de Freguesia para agendar uma reunião a fim de pedir explicações.

Eu estava presente e expliquei-lhe, de imediato, como é que tudo tinha sido feito.

O que está aqui, em causa, foi um mapa que a Junta de Freguesia da Ilha herdou, em 2002, em que as 36 casas estavam do lado de lá.

A Junta de Freguesia de Carnide o que teve que fazer foi uma proposta, a Junta de Freguesia da Ilha a pôs em cima da mesa uma proposta e Carnide ou aceitava ou não aceitava, e Carnide teve que aceitar porque entendeu que era melhor ter 36 casas do lado de Carnide do que as ter todas do outro lado.

Isto é que não é dito às pessoas, nunca foi dito porque não interessa, o que interessa é serem arrogantes, a falta de educação, faltarem à verdade à população. O que acontece é isto. Neste momento, em que se fala que ninguém faz nada, é mentira, as pessoas não perguntam, aliás, como foi aqui dito, há indicações para que as pessoas não falem connosco para que não lhes possamos dizer a verdade.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Nós não podemos vir a público fazer propaganda, quem pôs este movimento na rua tem que esclarecer as pessoas.

A Junta e a Assembleia de Freguesia foram sempre abertas a qualquer explicação.

Até hoje não pediram esclarecimentos, vejam se não há má fé nisto.

Quero dizer também que, contrariamente àquilo que se diz, a Junta de Carnide e a Junta da Ilha estão a tentar entrar em consenso, agora este consenso só pode ser feito de forma educada, com respeito, porque a Ilha também herdou um má mapa como nós, não podemos fazer nada, temos que fazer um acordo, não queremos ir para Tribunal porque somos pessoas, somos vizinhos, não somos animais, é na mesa chegando a um consenso, não é em guerras como estes Senhores querem fazer.”

Nesta altura o Senhor Presidente da Assembleia deu por finalizados os trabalhos, eram vinte e uma horas, tendo-se lavrado a presente acta, que eu (1.º Secretário), subscrevo e vai ser assinada por todos os Membros da Mesa.

O Presidente:

O 1.º Secretário:

A 2.ª Secretária: